

## A DIMENSÃO ESPACIAL DO PODER: DIÁLOGOS ENTRE FOUCAULT E A GEOGRAFIA<sup>1</sup>

### THE SPATIAL DIMENSION OF POWER: DIALOGUES BETWEEN FOUCAULT AND GEOGRAPHY

Fernando Roberto Jayme ALVES<sup>2</sup>

**RESUMO:** O poder constitui uma complexa e ampla categoria de análise que se apoia em toda a produção do tempo e do espaço. O poder extrapola os limites do Estado, não é exclusivo de nenhuma ciência e se encontra nas relações sociais que tecem toda a sociedade. A partir das análises de Michel Foucault sobre o poder, iremos abordar a histórica e importante relação entre espaço e poder. Para Foucault não existe uma teoria geral do poder, ou melhor, o poder em si não existe, ele não é um objeto e sim algo que se exerce, que se encontra nas relações sociais. A genealogia do poder de Foucault estabelece relações entre saber, poder e verdade. Ele estabelece uma visão ontológica do poder que, em sua condição de existência, se manifesta na organização do espaço dentro das instituições. As formas locais e os efeitos do poder determinam esta organização. A disciplina, a vigilância e o controle envolvem diretamente a questão espacial. Através dessas e outras considerações, será abordado a dimensão espacial do poder com o objetivo de estabelecer algumas ligações entre a perspectiva genealógica de Foucault e o pensamento geográfico.

**Palavras-chave:** Foucault; Poder; Espaço; Corpo; Disciplina.

**ABSTRACT:** The power is a complex and broad category of analysis that relies on the production of all time and space. The power beyond the limits of the State, is not exclusive and is no science in social relations that weave throughout society. From the analyzes of Michel Foucault on power, we will address the historic and important relationship between space and power. For Foucault there is no general theory of power, or rather, the power itself does not exist, it is not an object but rather something that is exercised, which is in social relations. The genealogy of power Foucault establishes relationships between knowledge, power and truth. He establishes an ontological view of power that, in its condition of existence, manifests itself in the organization of space within institutions. The local forms and the effects of power determine this organization. Discipline, surveillance and control directly involve the question of space. Through these and other considerations, we will address the spatial dimension of power in order to establish some links between the perspective of Foucault's genealogical and geographical thought.

**Key words:** Foucault; Power; Space; Body; Discipline

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto das discussões e reflexões travadas durante a disciplina “Espaço, Cultura e Poder: Geografias Pós-modernas e Pós-coloniais”, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG).

<sup>2</sup> Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG, nível Mestrado. Bolsista CAPES. E-mail: fernandorja@gmail.com

## Introdução

A palavra poder possui uma significação bastante complexa, pois envolve uma série de elementos que abarcam toda a sociedade. Sua abrangência é inestimável uma vez que o poder envolve as relações sociais, constituindo um campo de forças, um afrontamento, uma disputa onde se ganha ou se perde. A questão do poder constitui um velho tema que já foi discutido e debatido incansavelmente. Diversos autores já analisaram esta categoria classificando o poder como a capacidade de exercer domínio através do binômio ordem/obediência<sup>3</sup>, ou como mecanismo de controle e repressão social exercido predominantemente pelo Estado, dentre outras interpretações.

O poder abrange as noções de soberania, potência, domínio, ordem, lei, regra, norma, obediência etc. Assim, o poder envolve a esfera política, econômica, cultural e social. Enfim, o poder é demasiadamente amplo, complexo e profundo, ao ponto de acreditarmos que ninguém está isento dele, ou pelo menos de seus efeitos. Raffestin (1993, p. 06) afirma que “o poder não é nem uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apóia no espaço e no tempo”. Considerando que espaço e tempo são categorias universais<sup>4</sup>, percebe-se a amplitude e, portanto, a complexidade do tema poder. Com certeza isto torna a tarefa de pontuá-lo com propriedade mais difícil. Representar o poder não é fácil, mas ele é, contudo, decifrável<sup>5</sup>.

Em sua amplitude, o poder perpassa várias barreiras e delimitações que existem entre as diversas áreas do conhecimento, sendo que ele não é exclusivo de nenhuma delas. O poder é constituído enquanto categoria de análise para a filosofia, ciência política, sociologia, geografia, história, direito, economia; isto para citar alguns exemplos. Sabe-se que cada ciência lança uma perspectiva diferente sobre o poder de acordo com suas especificidades que a caracteriza enquanto uma área do conhecimento<sup>6</sup>. O caso da geografia é notório, pois esta ciência possui um estreito laço com o poder uma vez que “a organização espacial é um eficaz mecanismo do exercício do poder”<sup>7</sup>, permitindo-nos falar em uma dimensão espacial do poder.

A relação entre espaço e poder é antiga e sempre permeou assuntos relacionados às preocupações da geografia como as batalhas e as guerras<sup>8</sup>, o que ficou nítido nas formulações de alguns teóricos da geografia política clássica no final do século XIX e início do século XX. Posteriormente, Yves Lacoste explicitou esta relação entre a geografia e o poder do Estado-nação na obra *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Uma característica forte desta abordagem do poder é entender o Estado como o aparelho central e exclusivo do poder, o que alguns autores<sup>9</sup> irão chamar de uma análise “estadocêntrica” do poder, como veremos adiante.

<sup>3</sup> Lebrun (1981).

<sup>4</sup> Rique (2004) afirma que espaço e tempo são categorias universais indissociáveis pertencentes ao pensamento filosófico-científico, onde ambas cumprem um papel fundamental na realidade processual da organização do espaço geográfico.

<sup>5</sup> Raffestin (1993).

<sup>6</sup> Isto não acontece apenas com o tema poder, pois trata-se aqui, antes de mais nada, de um olhar específico que cada disciplina possui, isto é, de uma abordagem construída a partir dos pressupostos teórico-metodológicos que a caracteriza e a diferencia das demais áreas do conhecimento.

<sup>7</sup> Moraes (1987, p. 131).

<sup>8</sup> Segundo Moraes (op.cit.), “a temática da relação entre espaço e poder inscreve-se no rol das mais tradicionais preocupações dos geógrafos. ‘O geógrafo escreve para os homens do poder’, já dizia Estrabão. Humboldt foi conselheiro do rei da Prússia, Ritter diretor da academia militar de Berlin, Ratzel um co-formulador da política bismarckiana, Mackinder um alto estrategista do Almirante inglês, I. Bromw e de Martonne figuras destacadas na Conferência de Versalhes”.

<sup>9</sup> Souza (2001); Raffestin (1993).

Compreendendo que o poder em sua plenitude extrapola os limites do Estado, pretende-se analisar esta complexa categoria, isto é, o poder, a partir das contribuições teóricas de Michel Foucault, pois acredita-se que este autor conseguiu introduzir algumas novidades no âmbito de suas análises acerca do poder, avançando, assim, nas discussões de tal categoria que, por sua vez, ecoaram no pensamento geográfico.

Michel Foucault propõe um procedimento metodológico de análise do poder no qual recebe o nome de genealogia – metáfora biológica que o autor retira de Friedrich Nietzsche<sup>10</sup>. Para Foucault não existe uma teoria geral do poder onde se encerra toda a problemática e complexidade que o envolve. Na perspectiva genealógica levantada pelo autor, o poder não é um objeto em si, ele não existe, pois o que existe são práticas ou relações de poder. Isto significa dizer que “o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona [...] como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”<sup>11</sup>.

Portanto, nada está isento de poder, ele está em todos os lugares e é exercido constantemente. Se o poder realmente se estabelece através de uma relação, ele implica de forma irremediável em disputas e lutas que, conseqüentemente, se distribuem nas entranhas da dinâmica socioespacial das sociedades. Afinal, existe uma lógica espacial por trás do ordenamento dos mecanismos do poder? Há de fato uma dimensão espacial do poder em Michel Foucault? O que este autor tem a dizer para a geografia no que se refere à relação entre poder e espaço? Quais são as principais contribuições de Foucault para o pensamento geográfico contemporâneo?

Tentaremos pontuar algumas características importantes da abordagem foucaultiana sobre o poder para que seja possível estabelecer alguns laços teóricos entre seu pensamento e algumas problemáticas espaciais que envolvem a geografia. Não pretendemos responder todas as questões suscitadas acima de forma pronta, acabada e fechada, pelo contrário, temos como objetivo levantar alguns debates e indagações pertinentes à geografia a partir da análise realizada por Foucault sobre o poder. Dessa forma, estamos em consonância com o pensamento de Raffestin (1993, p. 8) que afirma ser “pelo questionamento e não pelas respostas que se alcança a medida do conhecimento”.

### **A metodologia de Foucault sobre o poder**

Sabe-se que Foucault nunca dedicou um livro exclusivamente ao poder. Talvez isso esteja relacionado com sua forma de abordar seus objetos de investigação, ou melhor, com seus procedimentos metodológicos. A questão do poder em Foucault subjaz praticamente toda sua bibliografia sendo que esta categoria de análise aparece implicitamente em algumas obras e explicitamente em outras<sup>12</sup>. Uma coisa é certa: Foucault não estabelece, propositalmente,

---

<sup>10</sup> Em 1887 Nietzsche escreve a *Genealogia da Moral*, onde irá refletir e questionar sobre a origem dos conceitos morais que dominaram todo o ocidente através de uma análise da “psicologia do cristianismo”, da “psicologia da consciência” e do “tremendo poder do ideal ascético, do ideal sacerdotal” (NIETZSCHE, 1985, p. 138-9). A relação direta de Foucault com o filósofo alemão é enfatizada por Duarte (2009, p. 45): “como poucos dentre seus contemporâneos, Foucault soube apropriar-se do projeto nietzscheano de destruição e transvaloração dos valores vigentes, ensinando-nos a desconfiar da herança metafísica incrustada em conceitos supra-históricos como ‘o’ Homem, ‘a’ verdade, ‘a’ natureza, ‘o’ poder, ‘a’ razão, ‘o’ sexo, ‘o’ corpo, etc.”.

<sup>11</sup> Machado (1979, p. 14).

<sup>12</sup> As primeiras obras de Foucault foram publicadas na década de 1960. Nesta época o eixo privilegiado em suas discussões é o do saber, da verdade (FONSECA, 2009). A questão do poder aparece de forma implícita em livros como a *História da loucura* (1961), o *Nascimento da Clínica* (1963) e *As palavras e as coisas* (1966). Após

uma teoria única e geral do poder, pois o autor prefere deixar a questão conceitual do poder em aberto devido às múltiplas possibilidades de dispersão que as práticas do poder podem assumir no âmbito social. Machado (1979, p. 10) explica que “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa: é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”.

A questão é que Foucault não formula teorias gerais, universais. A metodologia empregada pelo autor, independente de seus objetos de investigação, se abstém dos conceitos universais, da ideia de totalidade, uma vez que Foucault lança mão das múltiplas possibilidades de dispersão das práticas sociais que possuem em seu cerne inúmeras variedades e descontinuidades, rompendo, assim, com a universalidade dos conceitos. Uma importante característica metodológica de Foucault é assinalada por Machado (1979):

para ele, toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados – organizando-os, explicitando suas interrelações, desenvolvendo implicações – mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir de novo material trabalhado [...] o programa que elas formulam é o de realizar análises fragmentárias e transformáveis<sup>13</sup>.

Nesse sentido, a metodologia de Foucault não tem por objetivo fundar uma ciência, construir uma metateoria ou formular sistemas. Harvey (2007) diz que neste aspecto há uma ruptura clara de Foucault em relação a Marx e Freud, sendo que estes constituíram metanarrativas, isto é, amplos esquemas interpretativos da realidade de caráter totalizante<sup>14</sup>. Foucault, por sua vez, ataca “explicitamente qualquer noção de que possa haver uma metalinguagem, uma metanarrativa ou uma metateoria mediante as quais todas as coisas possam ser conectadas ou representadas. As verdades eternas e universais, se é que existem, não podem ser especificadas”<sup>15</sup>.

Uma das grandes diferenças de Foucault em relação a Marx e Freud, neste aspecto, deve-se a filiação filosófica nietzschiana na qual Foucault lança mão. Enquanto Marx, por exemplo, trata de um saber a serviço de uma profunda transformação social onde sua visão epistemológica concebe um modelo que obedece “aos princípios normativos advindos de uma racionalidade estrita, e pretende intervir na realidade unguindo da legitimidade conferida por seu método objetivo e geral”<sup>16</sup>, Foucault não se propõe a uma teoria holística para combater o capitalismo, pelo contrário, ele quer destruir as evidências e universalidades que o cerca. A

---

1970, a temática do poder começa a ocupar o centro das preocupações e indagações do filósofo, sendo que o poder aparece explicitamente como matriz normativa do comportamento humano nas obras *Vigiar e punir* (1975) e *A vontade de saber* (1976).

<sup>13</sup> Op. cit. p. 11.

<sup>14</sup> No prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx (2003, p. 03) diz: “Suprimo uma introdução geral que esbocei no passado porque, pensando bem, parece-me que antecipar conclusões do que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral” (grifo nosso). Gomes (2003) explica que o pensamento científico do marxismo constitui um sistema global de explicação da realidade que deve ser capaz de compreender a totalidade dos problemas sociais. Assim, “seus elementos essenciais estão ligados à produção da vida material ou ao plano econômico *latu sensu*, pois as condições desta produção são a base de toda estrutura social e organização humana. A perspectiva de Marx é produzir um saber objetivo e racional, objetivo, pois representa a observação do real/histórico; racional, pois é guiado por demonstrações e deduções lógicas, rigorosas e necessárias” (Op. cit. p. 280-1).

<sup>15</sup> Harvey (2007, p. 49).

<sup>16</sup> Gomes (2003, p. 284).

questão é que nem o controle, nem a destruição do Estado (como querem os comunistas e os anarquistas, por exemplo), “é suficiente para fazer desaparecer ou para transformar, em suas características fundamentais, a rede de poderes que impera em uma sociedade”<sup>17</sup>. É preciso contestar todas as formas de discurso de poder que produzem verdades e que subjaz toda estrutura social.

Para Foucault a concepção marxista geral do poder é economicista, isto é, se restringe a esfera econômica, pois considera apenas a funcionalidade econômica do poder onde seu papel é “manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível”<sup>18</sup>. A abordagem genealógica de Foucault concede um sentido muito mais amplo e profundo ao poder. Segundo Machado (1979, p. 14), “os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras”.

Na realidade, o poder é um feixe de relações parcialmente organizado, hierarquizado e coordenado<sup>19</sup>. Trata-se de um feixe aberto, pois se o objetivo fosse construir uma teoria geral do poder haveria sempre a necessidade de considerá-lo como algo determinado que surgiu em um lugar e em um momento específico da história. Suas considerações sobre o poder advêm de uma epistemologia concebida através de pressupostos teórico-metodológicos no qual Foucault chamou de genealogia. O filósofo francês explica que

Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais. [...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los, em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa<sup>20</sup>.

O projeto genealógico pretende investigar o descortinamento histórico da verdade, dos saberes, pois é preciso chegar a uma análise histórica “que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia na história”<sup>21</sup>. A genealogia do poder de Foucault centra seus questionamentos na relação intrínseca entre saber, poder e verdade, uma vez que “não há verdade fora do poder ou sem poder, pois toda verdade gera efeitos de poder e todo poder se ampara e se justifica em saberes considerados verdadeiros”<sup>22</sup>. De fato, não há saber neutro.

Foucault concebeu seu método genealógico a partir de 1970<sup>23</sup> para analisar esta

<sup>17</sup> Machado (1979, p. 13).

<sup>18</sup> Foucault (1979, p. 174-5).

<sup>19</sup> Foucault (1979).

<sup>20</sup> Op. cit. p. 171.

<sup>21</sup> Op. cit. p. 07.

<sup>22</sup> Duarte (2009, p. 46).

<sup>23</sup> Na década de 1960, época que Foucault publica suas primeiras obras, o procedimento metodológico do autor era chamado de arqueologia. Esta metodologia “consistia em descrever a constituição das ciências humanas a

relação ontológica entre verdade e poder através de toda uma enunciação discursiva<sup>24</sup>. Para o autor, a verdade deve ser considerada como um “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”<sup>25</sup>, e não como algo dado, preconcebido e imutável pela condição histórica das coisas. Assim, a verdade é concebida como um paradigma, um regime de verdade. Os elementos teórico-metodológicos de suas análises são profundos e ricos intelectual e filosoficamente. Sua forma de abordar os objetos de investigação trouxe diversas contribuições para a construção do conhecimento.

### **A abordagem estadocêntrica do poder e a microfísica do poder: contrapontos de uma categoria de análise**

Sobre o poder, as análises genealógicas de Foucault introduziram uma novidade fundamental sobre o tema, pois “elas produziram um importante deslocamento com relação à ciência política, que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder”<sup>26</sup>. Ao pesquisar o processo sócio-histórico de formação das sociedades capitalistas, através do surgimento de instituições carcerárias e de dispositivos da sexualidade, Foucault viu “delinear-se claramente uma não sinonímia entre Estado e poder [...] O que aparece como evidente é a existência de formas de exercício de poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz”<sup>27</sup>. Isso significa dizer que o Estado, em sua condição de aparelho social eminentemente político, não pode ser considerado o único a deter, possuir e exercer poderes nas sociedades contemporâneas, isto é, o poder não é algo exclusivo do Estado.

Por conseguinte, Foucault rompe com todas as teorias políticas que abordam o poder somente a partir do Estado. Essas análises possuem um referencial “estadocêntrico” devido ao fato do poder ser exclusividade do Estado, isto é, considerar o Estado enquanto o poder por excelência. Esta forma de interpretar o poder teve grandes repercussões em algumas áreas do conhecimento científico, principalmente no final do século XIX<sup>28</sup> e começo do século XX. É o caso, por exemplo, da ciência política e da geografia devido à natureza de suas análises estarem próximas das questões que envolvem o poder, o Estado e o território, sendo que estas duas disciplinas “estiveram historicamente comprometidas com a elaboração de discursos legitimadores do Estado em geral ou até dos interesses imperiais de um determinado Estado particular”<sup>29</sup>.

O caso da geografia política clássica é expressivo. Raffestin (1993) afirma que esta geografia não passa de uma geografia do Estado, isto é, de uma ciência que trabalha com uma

---

partir de uma interrelação de saberes, do estabelecimento de uma rede conceitual que lhes cria o espaço de existência, deixando propositalmente de lado as relações entre os saberes e as estruturas econômicas e políticas” (MACHADO, 1979, p. 09). Os conceitos de saber e de descontinuidade são centrais nas análises arqueológicas de Foucault. A partir de 1970 ele introduz a questão do poder em suas análises históricas como um instrumento capaz de explicar a produção dos saberes e das verdades.

<sup>24</sup> Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (2010) traz importantes reflexões filosóficas sobre a produção da verdade através de práticas discursivas no decorrer da história. Segundo ele, “a parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas” (Op. cit. p. 69-70).

<sup>25</sup> Foucault (1979, p. 13).

<sup>26</sup> Machado (1979, p. 11).

<sup>27</sup> Op. cit.

<sup>28</sup> Foi justamente neste século que surgiram vários Estados nacionais na Europa.

<sup>29</sup> Souza (2001, p.83).

organização espacial a serviço dos interesses imperialistas de um determinado Estado-nação<sup>30</sup>. Ratzel é considerado o primeiro grande autor da geografia política clássica na segunda metade do século XIX. Ele exerceu um importante papel na história do pensamento geográfico e suas formulações teóricas estavam em consonância com o projeto imperialista alemão, uma vez que Ratzel legitimou o expansionismo bismarckiano<sup>31</sup>. Raffestin (1993) afirma que

A geografia política de Ratzel é uma geografia do Estado, pois veicula e subentende uma concepção totalitária, a de um Estado todo-poderoso. Involuntariamente, talvez, Ratzel fez a geografia do “Estado totalitário”, o adjetivo sendo aqui tomado no sentido daquilo que abraça uma totalidade e não no sentido atual. Mas não nos enganemos com isso; se Ratzel ainda não conhecia o Estado totalitário, no sentido atual do termo, já fazia ideia dele e, de fato, por meio da sua geografia, tornou visível o Estado em seu cenário espacial<sup>32</sup>.

Assim, o Estado é o núcleo central e exclusivo de poder para Ratzel (assim como foi para vários outros geógrafos políticos de sua época<sup>33</sup>). Raffestin em sua obra *Por uma Geografia do Poder* incorpora as considerações de Foucault para analisar o poder, rompendo também com a ideia estadocêntrica do poder, uma vez que ele reconhece, assim como Foucault, que o poder se manifesta nas relações sociais criando um campo de forças. Raffestin (1993), ao pensar o poder a partir de Foucault, estabelece uma dicotomia entre o “Poder” e o “poder”, sendo que o primeiro se refere à soberania do Estado, ao aparato jurídico-formal das leis ou a unidade global de dominação, enquanto que o segundo está “presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem”<sup>34</sup>. Este seria então o chamado “micropoder”, atribuído frequentemente à Foucault, e aquele seria o “macropoder” do Estado, tão discutido e debatido pelas teorias políticas, uma vez que o Estado foi por muito tempo o grande ator privilegiado nas discussões acerca do poder.

Dessa forma, Raffestin aprofunda suas análises sobre o poder na medida em que supera a concepção unidimensional do poder, isto é, considerá-lo apenas na escala do macropoder, ou como o próprio autor coloca, o “Poder” maiúsculo. Porém, Machado (1979) estabelece uma importante crítica a dicotomização do poder em duas escalas de análise – macro e micro – e tece algumas considerações importantes sobre a análise foucaultiana acerca do poder.

Entretanto, essa valorização de um tipo específico de poder formulou-se através de uma distinção, de uma dicotomia entre uma situação central ou

<sup>30</sup> “Com a geopolítica, cujo nome se deve a Rudolf Kjellen, prepara-se a mundialização do Estado. A Primeira Grande Guerra Mundial não é estranha a esse controle total do Estado. [...] É evidente que, com o aparecimento da geopolítica, estamos lidando com uma ciência do Estado, concebido como um organismo geográfico em constante movimento. [...] a geopolítica aparece como uma espécie de geografia aplicada ao Estado” (Op.cit. p. 18-9).

<sup>31</sup> Moraes (2007) nos mostra que Ratzel vivenciou a constituição real do Estado nacional alemão em 1871. Estado este que além de se constituir tardiamente em relação aos demais na Europa, ficou também de fora da partilha dos territórios coloniais. Isso alimentou bastante um expansionismo interno na Alemanha que se encontrava latente. Portanto, a figura de Ratzel, principalmente através de seu conceito de espaço-vital, irá “ser um representante típico do intelectual engajado no projeto estatal; sua obra propõe uma legitimação do expansionismo bismarckiano” (Op. cit. p. 69).

<sup>32</sup> Op. cit. p. 16.

<sup>33</sup> Cf. Tosta (1984).

<sup>34</sup> Op. cit. p. 52.

periférica e um nível macro ou micro que talvez não seja muito apropriada por utilizar uma terminologia metafórica e espacial que não parece dar conta da novidade que a análise contém. O que ela visa é a distinguir as grandes transformações do sistema estatal, as mudanças de regime político ao nível dos mecanismos gerais e dos efeitos de conjunto e a mecânica de poder que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder<sup>35</sup>.

A questão é que os poderes se exercem em diversos níveis e escalas, e em diferentes localidades da sociedade, sendo que o chamado micropoder se articula ou não com o Estado (o macropoder). Machado afirma que esta distinção não teve muita importância para Foucault, pois “as transformações ao nível capilar, minúsculo, do poder não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito do Estado”<sup>36</sup>. Isto pode acontecer ou não, mas esta relação não deve ser estabelecida *a priori*. A ideia central para Foucault aqui é que “o aparelho de Estado é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e complementa”<sup>37</sup>.

Foucault desvincula o poder do Estado para analisar suas práticas e efeitos além do aparato jurídico, do poder estatal, acreditando que o poder é exercido em toda a vida social. Ele tem como objetivo analisar como esses micropoderes se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado<sup>38</sup>. Estas formulações de Foucault geraram um impacto no pensamento geográfico porque, além de romper com o estadocentrismo das análises espaciais sobre o poder, exercidas sobretudo pela geografia política clássica (e todas as outras geografias que trataram o poder nesta perspectiva), a inserção do micropoder suscitou um importante debate sobre as escalas do poder na Geografia.

### O jogo de escalas na análise de Foucault

Lacoste (2005) coloca a questão da escala como um problema fundamental para as problematizações da geografia e afirma que uma alteração na escala implica não só em mudanças quantitativas, como também qualitativas dos fenômenos em questão. Castro (2001) afirma que a escala é a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Dessa forma, a autora elabora uma importante reflexão teórica para dissociar o conceito de escala em geografia da tradição descritivo-matemática que o conceito de escala possui na cartografia, uma vez que é considerado apenas o tamanho (proporção) nesta perspectiva. Castro afirma que

quando o tamanho muda, as coisas mudam, o que não é pouco, pois tão importante quanto saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber como elas mudam, quais os novos conteúdos nas novas dimensões. Esta é, afinal, uma problemática geográfica essencial. [...] a escala introduz o problema da

<sup>35</sup> Op. cit. p. 11-2.

<sup>36</sup> Op. cit. p. 12.

<sup>37</sup> Op. cit. p. 13.

<sup>38</sup> Machado (1979) afirma que uma das preocupações metodológicas de Foucault “foi justamente procurar dar conta deste nível molecular de exercício do poder sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro” (Op. cit. p. 13); isto para não criar uma linearidade descendente.



polimorfia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas<sup>39</sup>.

Esta mudança qualitativa da escala cria múltiplas formas no espaço e redimensiona os fenômenos ao recriá-los. Isto significa dizer que os micropoderes introduzem novas possibilidades de análise para a geografia a partir das mudanças de escala aplicada à problemática do poder proposta por Foucault, uma vez que esta ciência ficou por um bom tempo presa à sombra da unilateralidade das análises espaciais do poder estatal. Da mesma forma que não há hierarquia entre o “macro” e o “micro” fenômeno neste jogo de escalas, também não há hierarquia entre o macro e o micropoder para Foucault, pois não se trata de uma linearidade nem descendente, nem ascendente do poder.

Moraes (1987) afirma que a perspectiva privilegiada por Foucault é a dos “microespaços” do poder. O lugar, importante categoria geográfica, é tido como a “forma de distribuição e mecanismo destas relações de poder”<sup>40</sup>. Relações estas que estão inseridas na organização espacial dos hospitais, das escolas, das fábricas, dos quartéis, dos asilos, dos hospícios, etc. Estes “lugares” são chamados de instituições por Foucault. A partir dessa ótica dos microespaços do poder, Foucault foi alvo de várias críticas que o acusaram de negligenciar o poder do Estado em suas análises e, portanto, subestimar o papel deste nas relações de poder. Porém, o que Foucault objetivou com sua teoria sobre o poder foi

insurgir contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação [...] O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado<sup>41</sup>.

Foucault diz que sua análise pretende focalizar nas especificidades do poder, onde seus efeitos atuam nas formas locais de organização do espaço, isto é, nos microespaços, na microfísica do poder. Machado (1979) explica que

O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos<sup>42</sup>.

A questão corporal possui um lugar de destaque em suas análises sobre o poder, pois o corpo humano é irredutível por ser nele que todas as formas e efeitos de poder se

<sup>39</sup> Op. cit. p. 137-8.

<sup>40</sup> Foucault (1979, p. 126).

<sup>41</sup> Machado (1979, p. 13-4).

<sup>42</sup> Op. cit. p. 12.

materializam<sup>43</sup>. Estas formas e efeitos advindos do poder são específicos por tratarem de locais particulares e bem delimitados como a prisão, o hospital, a escola, a fábrica, entre outras instituições. Foucault começou a formular suas teorias sobre o poder através de pesquisas acerca da história da penalidade. Contudo, percebeu-se que a tecnologia e os mecanismos de controle exercido sobre os indivíduos enclausurados eram também encontrados em outras instituições<sup>44</sup>, como as citadas logo acima.

Foucault chamou esses mecanismos de controle do corpo de disciplina, ou poder disciplinar. Trata-se de um tipo específico de poder no qual envolve uma série de questões e elementos que colocam a temática do espaço no centro das análises, uma vez que “a disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço”<sup>45</sup>, explicitando, assim, uma dimensão espacial do poder nas análises foucaultianas.

### O poder disciplinar e a questão espacial

Outra característica básica do pensamento de Foucault sobre o poder é que as formas e os efeitos das relações de poder não são necessariamente violentas e repressivas. Ele acrescenta uma concepção positiva do poder que pretende dissociar os termos dominação e repressão, no sentido de que há um lado produtivo do poder. Foucault não nega o caráter repressor do poder, mas acrescenta em suas análises que existe uma eficácia produtiva que subjazem as relações de poder. Dessa forma,

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir<sup>46</sup>.

Este lado produtivo do poder constitui uma das teses fundamentais de sua genealogia do poder, pois “o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber”<sup>47</sup>. Os micropoderes de Foucault mostram que o lado negativo do poder, isto é, sua força destrutiva, repressora e alienante, não se sustenta. “O que suas análises querem mostrar é que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão”<sup>48</sup>. Aqui, Foucault rompe mais uma vez com o marxismo que, segundo ele, enxerga apenas o lado negativo do poder que concede uma excessiva valorização da noção de ideologia, onde esta seria algo que está “sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade”<sup>49</sup>.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault insiste que “temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais

---

<sup>43</sup> “Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 147).

<sup>44</sup> Machado (1979).

<sup>45</sup> Foucault (1979, p. 106).

<sup>46</sup> Op. cit. p. 08.

<sup>47</sup> Machado (1979, p. 19). É neste sentido da produção de individualidade que Foucault afirma ser o hospício que produz o louco como doente mental, assertiva que faz eco com a célebre frase de Nietzsche: “A doença é um ponto de vista da saúde”.

<sup>48</sup> Op. cit. 15.

<sup>49</sup> Foucault (1979, p. 07).

de verdade”<sup>50</sup>. Neste mesmo sentido, Machado é enfático em afirmar que

Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim de gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto [...] aumentar a força econômica e diminuir a força política<sup>51</sup>.

Esta dimensão produtiva do poder tem como alvo principal o corpo humano, com o objetivo de discipliná-lo, de adestrá-lo. A disciplina é uma técnica de dominação, um instrumento de poder. Foucault chama de disciplina os “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”<sup>52</sup>. Ele se refere aos corpos úteis e dóceis que são essenciais para a sociedade capitalista, uma vez que são eficientes no âmbito da produção e incapazes de perturbar a ordem vigente<sup>53</sup>.

Foucault diz que a partir dos séculos XVII e XVIII as disciplinas se tornaram fórmulas gerais de dominação, num momento que nasce uma arte do corpo humano que visa aumentar suas habilidades e, principalmente, formar uma relação que o torna tanto mais obediente quanto mais útil é, atendendo as demandas e as exigências da sociedade capitalista. Este poder disciplinar “trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista”<sup>54</sup>. Trata-se aqui da dominação política do corpo humano onde “o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar”<sup>55</sup>.

Porém, este poder disciplinar só é efetivado a partir de uma organização do espaço, de um rigoroso controle do tempo<sup>56</sup> e de uma vigilância constante. A organização espacial constitui uma técnica de poder da distribuição dos indivíduos, ou seja, “é a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. [...] A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos”<sup>57</sup>.

Foucault coloca a vigilância como um dos principais instrumentos de controle do

<sup>50</sup> Foucault (2009, p. 185).

<sup>51</sup> Machado (1979, p. 16).

<sup>52</sup> Foucault (2009, p. 133).

<sup>53</sup> Um exemplo interessante é o da “família fordista”, termo cunhado por Gramsci que se refere ao processo de disciplinarização da força de trabalho realizado por Ford sobre seus funcionários no começo do século XX. Harvey (2007, p. 119) mostra que este processo de controle de trabalho envolve uma “mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais”.

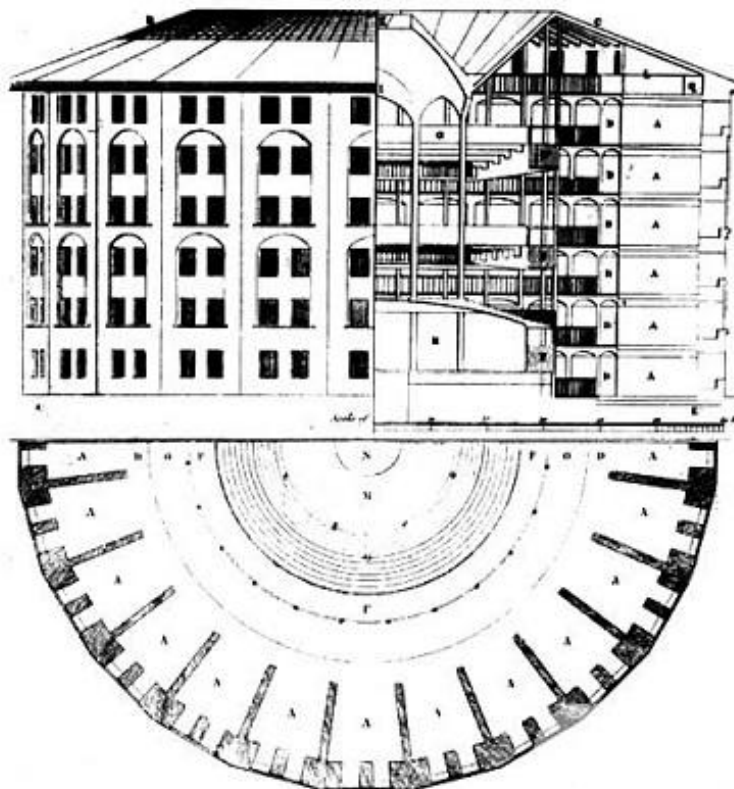
<sup>54</sup> Machado (1979, p. 17).

<sup>55</sup> Op. cit.

<sup>56</sup> O caso do taylorismo é bastante ilustrativo. Cf. Tragtenberg (1985).

<sup>57</sup> Foucault (1979, p. 106).

poder disciplinar e elabora a teoria do panopticismo. Ele cria este termo a partir do livro *Panopticon* de Jeremy Bentham que elaborou um projeto prisional no final do século XVIII, para analisar as operações de coerção e vigilância das diversas instituições disciplinares (prisão, hospital, escola, fábrica, exército, asilo, etc.). A distribuição espacial deste projeto de Bentham constitui uma arquitetura emblemática<sup>58</sup>, pois tem como objetivo a vigilância permanente dos presidiários. Cria-se uma sensação de “olho invisível” para quem está sendo observado a todo o momento. Foucault chamou este fenômeno de “o olho do poder”.



**Figura 01:** Desenho do projeto prisional *Panopticon* elaborado por Jeremy Bentham. Na parte superior à esquerda uma visão externa do complexo prisional. Na parte superior à direita uma visão interna e na parte inferior do desenho uma visão perpendicular do mesmo.  
Fonte: [www.moyak.com/papers/michel-foucault-power.html](http://www.moyak.com/papers/michel-foucault-power.html)

A questão central do panopticismo, bem como das práticas disciplinares, é a organização espacial, onde a arquitetura constitui um importante instrumento de poder. Foucault (1979) observa que

no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômicos-políticos. Aparece uma arquitetura específica [...] Seria preciso fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização

<sup>58</sup> Foucault (1979, p. 210) descreve sua arquitetura: “na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro”. Percebe-se uma lógica na arquitetura que subordina totalmente as formas em relação às funções.

hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas [...] A fixação espacial é uma forma econômica-política que deve ser detalhadamente estudada<sup>59</sup> (grifos do autor).

A relação entre espaço e poder fica evidente nesta passagem de Foucault, onde o estudo dos espaços (ou dos poderes) deve percorrer as mais diversas escalas para ser minuciosamente compreendido. Os problemas que envolvem a temática espacial são valorizados pelo filósofo francês. Dessa forma, Foucault dialoga com o pensamento geográfico, independentemente de este ser seu objetivo ou não, pois o que se percebe em suas análises é o quanto a distribuição espacial dos elementos é importante para o exercício do poder, uma vez que os dispositivos disciplinares da genealogia do poder são espacializantes.

Foucault também dialoga com a geografia ao tratar o que chamou de biopolítica. Ele afirma que na segunda metade do século XVIII, começa a aparecer outra tecnologia de poder. A nova tecnologia que se instala dirige à multiplicidade dos homens na medida em que ela forma uma massa global “afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc”<sup>60</sup>. Esta tecnologia regulamenta a vida e se interage com a outra tecnologia que a antecede, ou seja, a tecnologia disciplinar do corpo.

Esta nova tecnologia é chamada por Foucault de biopolítica (ou biopoder), pois trata-se de uma tecnologia centrada na vida, de “uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva”<sup>61</sup>. A biopolítica lida com a população que, por sua vez, envolve problemas de ordem política, científica e biológica. Ora, população é justamente a categoria chave da demografia e da estatística, áreas do conhecimento que possuem estreitas relações com a geografia<sup>62</sup>.

Tem-se neste processo uma nova mudança de escala protagonizada por Foucault. Ao falar das populações, Foucault atinge um nível macro para fundamentar o que chamou de biopoder, uma escala de análise bem mais ampla do que a microfísica do poder. Como foi dito anteriormente, ao mudar o tamanho das escalas de análise muda-se também o conteúdo e, considerando que isto é um problema de natureza geográfica, Foucault proporciona uma importante ferramenta teórico-metodológica para a geografia ao variar substancialmente as escalas utilizadas por ele no decurso de suas análises científicas e filosóficas.

## Considerações Finais

A relação entre espaço e poder permeou todo o presente texto. A partir dos fundamentos teórico-metodológicos de Michel Foucault acerca do poder, procurou-se estabelecer a importância da espacialidade dos fenômenos e dos mecanismos que constituem tal poder. Souza (2001), ao analisar o território, afirma que esta categoria geográfica é constituída por dois ingredientes: espaço e poder. A partir dessa assertiva e de suas reflexões sobre o território, o autor conclui que “temos, de Sun Tzu até os geopolíticos do século XX – bem como a Michel Foucault, Paul Claval e tantos mais –, passando por Clausewitz e Ratzel, toda uma tradição de perscrutação da “dimensão espacial do poder”<sup>63</sup>.

<sup>59</sup> Op. cit. p. 212.

<sup>60</sup> Foucault (1999, p. 289).

<sup>61</sup> Op. cit. p. 297.

<sup>62</sup> Alguns autores chegam a chamar a Demografia de “Geografia da população”.

<sup>63</sup> Op. cit. p. 107.

Dessa forma, torna-se evidente que a relação entre espaço e poder é bastante profunda e antiga, porém as características da abordagem genealógica do poder em Foucault e suas respectivas manifestações no âmbito do espaço nos permitem afirmar uma possível “genealogia da organização do espaço”<sup>64</sup>. Moraes (1987) afirma que Foucault levanta a possibilidade desta genealogia do espaço que talvez permita avançar na compreensão da espacialidade do poder. De qualquer forma, “a relação entre espaço e poder sob a ótica dos dispositivos disciplinares e o destaque para o estudo da governabilidade, abrem uma fértil perspectiva de indagação para os geógrafos”<sup>65</sup>.

As novidades introduzidas por Foucault sobre a genealogia do poder proporcionaram para a geografia novos caminhos de análise dentro de seu campo científico. As principais contribuições são: a superação da abordagem estadocêntrica do poder, tão evidenciada pela geografia política clássica; as alterações nas escalas de análise geográfica; a importância da organização espacial dos mecanismos de poder dentro das instituições; e os desdobramentos da biopolítica e do biopoder em relação à geografia das populações (demografia).

Assim, Foucault dialoga com a geografia em vários temas e assuntos que permeiam o poder, bem como em várias escalas, pois ele inclui em suas análises tanto os microespaços do poder quanto a biopolítica das populações. Sua perspectiva do poder contempla tanto o homem-corpo quanto o homem-espécie, isto é, o indivíduo particularizado e o indivíduo massificado, respectivamente<sup>66</sup>. Toda a gama de problemas que envolve a dimensão espacial do exercício do poder é considerada por Foucault. Se realmente existe uma genealogia do espaço, é preciso encarar o desafio de prosseguir nas análises do poder iniciada por Foucault, pois não devemos ficar alheios às riquezas de tais contribuições.

### Referências Bibliográficas

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREÂ, Roberto Lobato. (Orgs.) Geografia: conceitos e temas. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. p. 117-140.

CLAVAL, Paul. Espaço e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

DUARTE, André. Foucault no século 21. In: Cult: Revista Brasileira de Cultura. São Paulo: Bregantini, ano 12, n. 134, p. 45-47, abril 2009.

FONSECA, Márcio Alves da. A época da norma. In: Cult: Revista Brasileira de Cultura. São Paulo: Bregantini, ano 12, n. 134, p. 57-59, abril 2009.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: \_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-76). São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-315

\_\_\_\_\_. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e Modernidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

<sup>64</sup> Moraes (1987).

<sup>65</sup> Op. cit. p. 136.

<sup>66</sup> Foucault (1999).

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 10. ed. Campinas/SP: Papirus, 2005.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder? Coleção primeiros passos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACHADO, Roberto. *Introdução: Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. VII-XXIII.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Foucault e a Geografia*. In: TRONCA, Ítalo A. (Org.) *Foucault Vivo*. Campinas/SP: Pontes, 1987. p. 127-136.

\_\_\_\_\_. *Geografia: pequena historia crítica*. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ideologias Geográficas*. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo*. São Paulo: Max Limonad, 1985.

\_\_\_\_\_. *Genealogia da Moral: um escrito polêmico*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIQUE, Lenyra. *Espaço/Tempo: categorias universais na realidade processual de temas geográficos*. In: \_\_\_\_\_. *Do senso-comum à geografia científica*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 15-20.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. p. 77-115.

TOSTA, Coronel Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRAGTENBERG, Mauricio. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1985.

Artigo recebido em 13-07-2012

Artigo aceito para publicação em 18-01-2013